

Congresso aprova PL da regra de ouro

Por Vandson Lima | De Brasília

Em uma vitória para a articulação do governo do presidente Jair Bolsonaro, o Congresso Nacional aprovou, por unanimidade tanto na Câmara (450 votos) quanto no Senado (61 votos) o projeto que dá aval para que o Tesouro Nacional emita R\$ 248 bilhões em títulos para pagar despesas como o Bolsa Família, o benefício de prestação continuada (BPC), aposentadorias urbanas e o Plano Safra até o fim do ano. Com a aprovação, o governo fica autorizado a descumprir a chamada regra de ouro - de que não pode se endividar para pagar despesas correntes.

Normalmente errático e pouco efetivo nas negociações com o parlamento nestes quase seis meses de gestão, o governo finalmente seguiu a cartilha clássica para fazer andar medidas de interesse caminhar no Congresso: costurou um amplo acordo com a oposição e os partidos do Centrão, ofereceu mais de R\$ 2,8 bilhões para atender demandas diversas e derrubou vetos presidenciais de interesse dos congressistas - entre eles, um relativo a anistia de multas a partidos políticos.

Assim, serão liberados para a educação R\$ 1 bilhão de recursos que hoje estão contingenciados; R\$ 1 bilhão para o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, que virão por remanejamento de recursos antes previstos para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC);

R\$ 550 milhões para as obras de transposição do Rio São Francisco; e mais R\$ 330 milhões, que haviam sido cortados, para bolsas de estudo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A oposição comemorou, sob o argumento de que conseguiu dobrar o governo, exigindo a reposição de recursos para a educação como contrapartida para não travar a votação. Mas a grande vitoriosa foi a líder do governo no Congresso, a deputada Joice Hasselmann (PSL-SP), que conduziu as complicadas tratativas com os partidos, com a equipe econômica e o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni. Mesmo deputados opositoristas como Orlando Silva (PCdoB-SP) e Carlos Zarattini (PT-SP) elogiaram a atuação de Joice. "Em um governo que não dialoga, raivoso, a deputada Joice fez uma excelente condução para um acordo", disse Silva. Segundo Joice, os recursos devem ser liberados por portaria do governo, mas os técnicos ainda avaliam o instrumento mais adequado. "Quero agradecer a todos que construíram esse acordo em que todos ganham. Agradeço ao meu partido, PSL, aos partidos de centro e à oposição. Sem diálogo e acordo não conseguiremos tocar o Brasil", disse a líder.

Para acelerar a pauta de votações da sessão do Congresso Nacional, o governo concordou com a derrubada de quatro dos cinco vetos

presidenciais que constavam na pauta. Foram derrubados os vetos de dois dispositivos da Medida Provisória 843, que instituiu o Programa Rota 2030, para que seja estendida a isenção de IPI e IOF para taxistas e deficientes na aquisição de veículos elétricos e híbridos.

Os parlamentares também reverteram veto a dispositivo que possibilita que as fundações de apoio de universidades sejam equiparados às organizações gestoras de fundo patrimonial; e um relativo a dispensa de avaliação pericial para portadores de HIV aposentada por invalidez.

Por fim, deputados e senadores também derrubaram, com apoio dos governistas, veto feito pelo presidente Jair Bolsonaro no projeto que concedeu anistia de multas a partidos políticos. Assim volta a valer dispositivo que anistia as cobranças do Tesouro Nacional por doações feitas em anos anteriores por servidores públicos filiados a partido político.

Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre (DEM-AP) afirmou, antes de encerrar a sessão, que o parlamento deu mostra de "maturidade" ao superar diferenças partidárias para não travar a gestão e comprometer programas sociais. "É o maior crédito já aprovado na história do Congresso. Quero agradecer a oposição. Hoje o Congresso deu uma demonstração de maturidade".

Congresso aprova crédito extra de R\$ 248,9 bi

Dinheiro será usado para pagar aposentadorias e benefícios. Aprovação só foi possível após governo costurar acordo com oposição e centrão se comprometendo a liberar recursos para educação, Minha Casa Minha Vida e bolsas do CNPq

MANOEL VENTURA

BRASÍLIA- O Congresso Nacional aprovou ontem, por unanimidade, um crédito emergencial de R\$ 248,9 bilhões para o governo. A votação só foi possível depois de o governo costurar um acordo com a oposição e com o centrão pelo qual se comprometeu a liberar parte do Orçamento que está bloqueada. Foram 450 votos a favor na Câmara e 61 no Senado. Agora, o texto será sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro.

O dinheiro é necessário para o governo pagar aposentadorias, o Plano Safra e benefícios como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) — pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda.

No último sábado, Bolsonaro disse nas redes sociais que, sem a

aprovação do projeto, ele teria que suspender o pagamento de benefícios a idosos e pessoas com deficiência já no próximo dia 25.

O acordo que permitiu a aprovação do texto foi fechado durante a votação do projeto na Comissão Mista de Orçamento (CMO), no início da tarde.

A líder do governo no Congresso, deputada Joice Hasselmann (PSL-SP), garantiu que serão liberados R\$ 1 bilhão para a educação; R\$ 1 bilhão para o programa Minha Casa Minha Vida; R\$ 550 milhões para obras no Rio São Francisco; e R\$ 330 milhões para bolsas de estudo do CNPq.

— A corda está no pescoço — disse a deputada, ao anunciar o acordo e pedir a votação do projeto.

Joice não explicou, porém, de onde sairá o dinheiro: — O Orçamento é um só. Se vai gastar um pouco mais ali, tem que remanejar de um lado para o outro. Estamos fazendo as contas, mas vai dar certo.

O crédito emergencial é necessário por causa de uma norma fiscal conhecida como regra de ouro. Por ela, o governo não pode emitir dívida para pagar despesas

correntes, como folha de salário e benefícios. Ele só pode se endividar para fazer investimentos.

MATURIDADE POLÍTICA

O problema é que os sucessivos rombos nas contas públicas encolheram o investimento e provocaram um desequilíbrio no Orçamento, que hoje está estimado em R\$ 248 bilhões. Assim, para poder pagar despesas correntes, a equipe econômica precisa de uma autorização do Congresso.

O aval permitirá que a regra de ouro seja descumprida sem que haja punição para os gestores públicos. Sem isso, o desrespeito à norma poderia ser caracterizado como crime de responsabilidade fiscal e levar à abertura de processo de impeachment contra o presidente.

— Eu queria agradecer ao plenário por ter maturidade política e entender o momento que o Brasil vive. Quero agradecer esse gesto, em que partidos políticos e filiações ficaram de lado. É o maior crédito votado no Congresso Nacional — disse o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

Gambiarras fiscais

Depois de prometer equilibrar o Orçamento do governo já neste 2019, o ministro da Economia, Paulo Guedes, parece passar por um choque de realidade.

A duras penas, a atual administração obteve uma ligeira melhora de resultados no primeiro quadrimestre. As despesas com pessoal, programas sociais, custeio e investimentos recuaram 0,8%, descontada a inflação, ante o período correspondente de 2018.

Entretanto a arrecadação tributária decepciona, afetada pelo fraco desempenho da economia. Com menor previsão de recursos, foi necessário promover um bloqueio de gastos na casa dos R\$ 30 bilhões.

Decorridos quase seis meses, a previsão oficial para o saldo do Tesouro Nacional no ano é a mesmíssima da proposta orçamentária elaborada ainda sob Michel Temer (MDB) —um rombo de R\$ 139 bilhões, excluindo juros da dívida.

Tampouco se espera melhora digna de nota em 2020. A estimativa, da lavra do governo Jair Bolsonaro (PSL), é déficit de R\$ 124 bilhões.

Em tal cenário, projetos de reformas ambiciosas para o longo prazo passam a coexistir com providências mais mundanas para fechar as contas do cotidiano —ou, quem sabe, para proporcionar algum estímulo à economia prostrada.

Propõe-se agora a ideia de utilizar como receita pública cerca de R\$ 20 bilhões em recursos do PIS/Pasep que, na realidade, pertencem a trabalhadores dos setores público e privado. Antes, no entanto, haveria uma campanha de incentivo ao saque dos recursos, que ficam parados nos bancos públicos por falta de informação dos titulares.

A manobra heterodoxa permitiria, em tese, aliviar o

contingenciamento de despesas, que sufoca o custeio da máquina e desgasta Bolsonaro politicamente. O mesmo pode acontecer se for viabilizada legalmente a venda de direitos de exploração do petróleo do pré-sal.

A escala das gambiarras, porém, é mais assustadora. Nesta terça-feira (11), o Congresso aprovou projeto que autoriza o governo a desembolsar nada menos de R\$ 249 bilhões em benefícios sociais, principalmente, e outros programas.

Trata-se, tão somente, de uma maneira de driblar a regra constitucional que proíbe custear despesas de caráter permanente por meio de endividamento —e o governo brasileiro depende, a cada dia, de dinheiro emprestado.

Tal situação não será resolvida com medidas de impacto. Tem-se pela frente um penoso trabalho de contenção de gastos obrigatórios, que precisará ainda da recuperação da economia e da receita. Dificilmente haverá Orçamento equilibrado neste mandato presidencial.

Déficit do Tesouro Nacional

Em R\$ tri corrigido
Exclui gasto com juros



Fonte: Tesouro Nacional

Congresso aprova crédito extra para benefícios

Danielle Brant
Thiago Resende
BRASÍLIA

O Congresso aprovou, por unanimidade, nesta terça-feira (11) o projeto que libera dinheiro para o governo pagar benefícios assistenciais e aposentadorias neste ano.

Após a promessa de liberação de recursos para educação, o governo fechou acordo com a oposição e partidos independentes, o que destravou a análise da proposta. O texto, agora, segue para sanção presidencial.

Com o aval do Congresso, o presidente Jair Bolsonaro poderá obter R\$ 248,9 bilhões por meio de emissão de títulos públicos.

Isso significa que os parlamentares autorizaram o governo a descumprir a chamada “regra de ouro”.

Essa norma impede o governo federal de se endividar para pagar despesas obrigatórias, como Previdência Social e benefícios assistenciais.

O ministro Paulo Guedes (Economia) pediu ao Congresso para que, em 2019, houvesse uma exceção a essa limitação.

Bolsonaro precisava aprovar o projeto até o fim desta semana. Caso contrário, já começaria a faltar dinheiro para o pagamento do BPC (benefício assistencial) a idosos carentes neste mês.

Para as outras despesas, como aposentadorias e pensões, os recursos captados por títulos públicos passam a ser necessários a partir de setembro.

Diante do risco de idosos carentes ficarem sem o benefício em junho, os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi

Alcolumbre (DEM-AP), também participaram da articulação política em favor do crédito extra.

Para conseguir o apoio de partidos como PT, PCdoB e Rede, o governo se comprometeu a liberar R\$ 1 bilhão dos recursos contingenciados para educação.

“A gente sabe que não é todo o valor do contingenciamento, mas foi o passo que o governo conseguiu dar neste momento deixando as portas abertas para que nós possamos conversar num futuro próximo, para que possamos resolver todos os problemas do país”, afirmou a líder do governo no Congresso, Joice Hasselmann (PSL-SP).

Estão contingenciados R\$ 5,8 bilhões do orçamento de custeio para educação. O compromisso do governo é permitir o uso de R\$ 1 bilhão desse total.

Além disso, devem ser





publicadas portarias de remanejamento no Orçamento para destinar mais R\$ 1 bilhão para o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida e R\$ 550 milhões para obras da transposição do rio São Francisco.

Outros R\$ 330 milhões também devem ser liberados para pagamento de bolsas de pesquisa.

“Fizemos um estica e puxa para que consigamos retomar algumas obras do Minha Casa, Minha Vida”, disse Hasselmann, que costurou o acordo. Ela, no entanto, não informou de onde sairão os recursos a serem remanejados.

O projeto, que ficou por semanas travado no Legislativo, avançou rapidamente nesta terça depois que interlocutores de Bolsonaro selaram o acordo.

O aval foi dado, no início da tarde desta terça, pela CMO (comissão mista de Orçamento), primeira etapa da tramitação do texto. A aprovação foi por votação simbólica.

O presidente da CMO, senador Marcelo Castro (MDB-PI), ressaltou que essa é a primeira vez, desde a Constituição de 1988, que uma autorização para descumprir a “regra de ouro” foi pedida.

Por ser um caso incomum, o governo precisava obter 257 votos

na Câmara e 41 votos no Senado.

Em razão do acordo costurado com os partidos, a pauta do Congresso, que estava travada por vetos, foi liberada à tarde, abrindo caminho para a votação do projeto que permite o governo a descumprir a “regra de ouro”.

Nem mesmo a oposição tentou atrapalhar a análise do tema no plenário do Congresso.

Assim, o projeto foi aprovado, por 450 votos a zero, na Câmara e, por 61 votos a zero, no Senado.

Dos R\$ 248,9 bilhões pedidos no projeto, R\$ 201,7 bilhões são para despesas com a Previdência.

Além disso, há R\$ 30 bilhões para o BPC; R\$ 8,1 bilhões para subsídios; R\$ 6,5 bilhões para o Bolsa Família; e R\$ 2,4 para compensar o INSS pela perda de receita com a medida de desoneração da folha para algumas empresas.

O Ministério da Economia já informou que não precisará obter todo o crédito –R\$ 248,9 bilhões– por emissão de título público.

O endividamento deverá ser no montante de R\$ 146,7 bilhões. Isso porque o restante (R\$ 102,2 bilhões) deve ser coberto com recursos do retorno de financiamentos

concedidos a estados e municípios e do Banco Central, por exemplo.

O Congresso, no entanto, aprovou o parecer do relator do projeto, deputado Hildo Rocha (MDB-MA), que autoriza o valor integral do crédito.

O governo precisa do aval a todo o crédito para, depois, fazer o abatimento com recursos do Banco Central.

Parte da oposição e alguns parlamentares de siglas independentes contestaram a autorização de R\$ 248,9 bilhões, mas isso não atrapalhou o avanço do projeto.

O senador Angelo Coronel (PSD-BA) apresentou um voto paralelo para tentar dar aval a apenas R\$ 146,7 bilhões em crédito. Mas ele foi derrotado.

Por causa da crise nas contas públicas, o Ministério da Economia projeta que precisará de autorização para descumprir a “regra de ouro” ao menos até 2022. Ou seja, durante todo o governo Bolsonaro.

As estimativas apontam para uma necessidade de crédito extra de R\$ 264,9 bilhões no próximo ano, e de aproximadamente R\$ 150 bilhões nos dois anos seguintes.





Governo consegue aval do Congresso para gastos deste ano

1

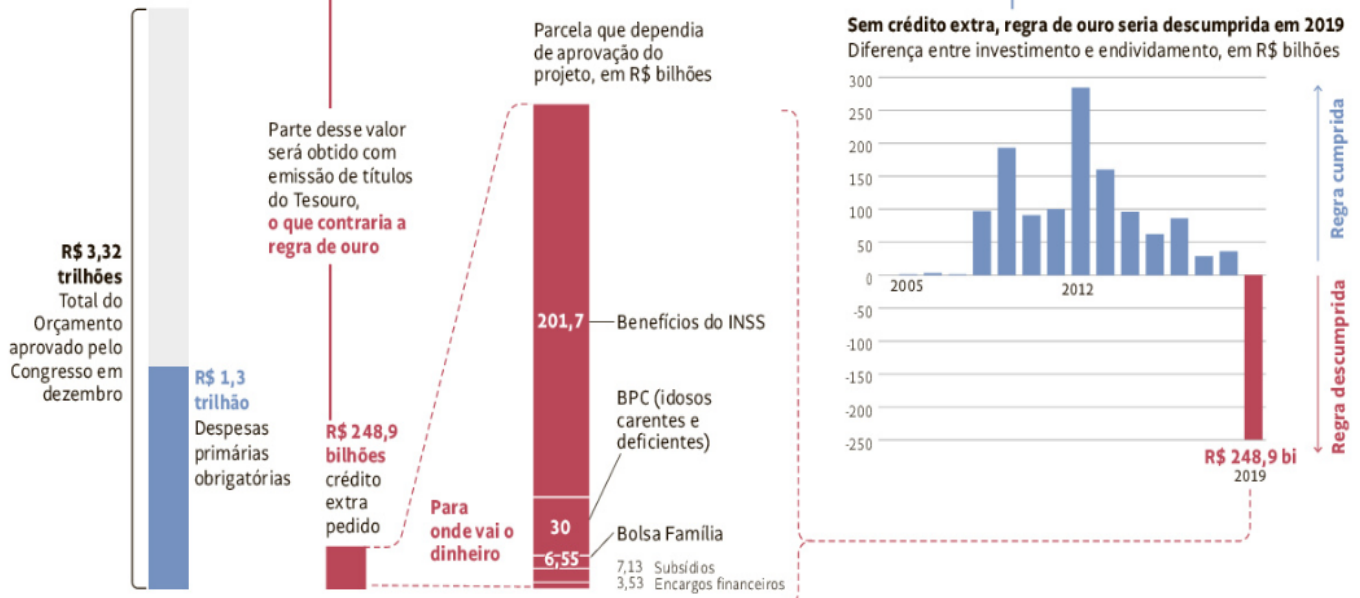
A **regra de ouro** impede o governo de se endividar para pagar despesas correntes, como Previdência Social e benefícios assistenciais

2

No início do ano, porém, o governo pediu ao Congresso um **crédito extraordinário de R\$ 248,9 bilhões** para pagar essas despesas

3

Com esse crédito extra, o **governo poderá considerar a regra cumprida**, mesmo com esse resultado negativo, como prevê a Constituição



Fontes: Comissão Mista de Orçamento, IFI (Instituição Fiscal Independente) - Estudo Especial nº5, Regra de Ouro no Brasil: Balanço e Desafios, de 5/04/2018 e Câmara dos Deputados





4

Para conseguir o apoio da oposição e de partidos independentes, o governo negociou a liberação de **R\$ 1 bilhão contingenciado para educação**

5

Bolsonaro **teve o aval do Congresso na noite desta terça-feira, o que não** comprometeu o pagamento do BPC (benefício assistencial) a idosos carentes

Acordo alcançado

Valor liberado, em R\$ bilhão

1

Educação

1

Minha Casa
Minha Vida

0,55

Transposição do
rio São Francisco

0,33

Bolsas de ciência
e tecnologia

Placar das votações

	A favor do projeto	Contra o projeto
Câmara	450	0
Senado	61	0

Descompasso orçamentário

A crise fiscal da maioria dos Estados lança luz sobre o descompasso orçamentário que há entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público (MP) e da Defensoria Pública (DP). O Estadão/Broadcast teve acesso aos relatórios financeiros enviados ao Tesouro Nacional e fez um levantamento que mostra que, nos Estados, o Executivo parece sofrer sozinho os efeitos da queda na arrecadação. No final de 2018, enquanto os Executivos estaduais enfrentavam dificuldade para pagar despesas e salários, pensões e aposentadorias, os Poderes Legislativo e Judiciário, o MP e a DP acumulavam uma sobra de R\$ 7,7 bilhões em seus orçamentos.

Este montante, composto por "recursos livres", poderia ser usado para custear outras despesas, não necessariamente as do Poder ou órgão que detém a sobra. O quadro é injusto, sobretudo quando se considera que a fonte dos recursos que mantêm os Poderes e instituições como o Ministério Público e a Defensoria Pública é uma só: o contribuinte. E é justamente o contribuinte quem, ao fim e ao cabo, sofre as mais perversas consequências de uma crise fiscal, tanto pela retração da atividade econômica como pela queda da qualidade dos serviços públicos. No entanto, por mais injusta que possa parecer, não se está diante de uma situação ilegal.

Governadores e prefeitos são obrigados a repassar integralmente aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao MP e à DP a parcela mensal de recursos destinados a eles no orçamento, o chamado duodécimo. Em um cenário de crise fiscal, isso leva os governadores ao corte de verbas destinadas à segurança pública, saúde e educação, por exemplo, já que o Poder Executivo não pode manejar os valores destinados àqueles outros Poderes e instituições. O artigo 168 da Constituição determina que "os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20

de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere o artigo 165, § 9".

Há fundamento no dispositivo da Lei Maior. A intenção do constituinte foi assegurar a autonomia dos Poderes Legislativo e Judiciário, além do MP e da DP, de tal modo que não ficassem à mercê dos humores do chefe de turno do Poder Executivo para obter os recursos financeiros necessários à manutenção de suas atividades. O fato de não se estar diante de uma situação ilegal não significa que o abismo entre o estado das contas entre os Três Poderes na esfera estadual, o MP e a DP não enseje a revisão dos fundamentos legais que mantêm este desequilíbrio. A Advocacia-Geral da União (AGU) enviou parecer aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) defendendo o uso de um dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que permite aos governadores bloquear recursos dos demais Poderes caso estes não adotem medidas saneadoras em situações de "frustração de receitas".

De fato, há casos em que Judiciário, Legislativo, MP e DP usaram as sobras em seus orçamentos para conceder aumento salarial aos servidores, não obstante a terra arrasada que os circundava. "Não pode haver primo rico e primo pobre. Devemos, sim, todos ser solidariamente responsáveis pelo sucesso do Brasil", disse ao Estado o ministro-chefe da AGU, André Mendonça. O compartilhamento de recursos já é uma realidade no âmbito da União. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) federal estende os efeitos do contingenciamento aos Três Poderes.

Nos Estados, nem sempre o Poder Executivo tem a força política para incluir tal dispositivo na LDO. Por sua vez, Legislativo e Judiciário poderiam devolver ao Tesouro estadual as sobras de seus orçamentos, mas isso raramente acontece. É esperado que o STF julgue a validade do dispositivo da LRF no próximo dia 26. Será bom para o País que o declare constitucional. Os Poderes têm de ser harmônicos na alegria e na tristeza.

Em troca de desbloqueio de verbas, Congresso aprova crédito extra

Sem aval do Congresso para a liberação do empréstimo de R\$ 248,9 bi, governo corria o risco de descumprir a chamada "regra de ouro"

Daniel Weterman
Idiana Tomazelli
Adriana Fernandes / BRASÍLIA

O Congresso Nacional aprovou, com apoio unânime de deputados e senadores, incluindo parlamentares do Centrão e da oposição, uma autorização especial para que o governo possa pagar R\$ 248,9 bilhões em benefícios sociais com dinheiro obtido com empréstimos. A votação só foi possível porque o governo selou um acordo que vai desbloquear recursos em várias áreas, como o programa Minha Casa Minha Vida e para universidades. A tomada de empréstimos para pagamentos de despesas correntes por parte do governo é vedada pela Constituição e seu descumprimento é crime de responsabilidade, passível de impeachment.

A única exceção é se pelo menos metade do Legislativo der o aval para que o governo emita títulos e use esses recursos para bancar as despesas. Justamente essa permissão foi aprovada ontem por 450 deputados e 61 senadores. O presidente Jair Bolsonaro usou o Twitter para "parabenizar" o Congresso "pela consciência e responsabilidade nessa aprovação".

O presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre, agradeceu aos deputados e senadores pela "maturidade" ao lidar com o tema. Sem o aval, o governo, após sucessivos rombos nas contas públicas, corria o risco de descumprir a chamada "regra de ouro" do Orçamento, que impede a emissão de novas dívidas para pagar despesas correntes, como folha de salário e benefícios.

A norma permite ao governo se endividar para investir ou rolar dívida já existente, mas não para pagar despesas do dia a dia, com o objetivo de preservar a sustentabilidade fiscal no futuro. A aprovação traz alívio ao governo, que se viu sob risco de precisar suspender pagamentos a beneficiários do BPC, concedido a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda. O dinheiro para essa despesa acabaria no fim do mês. Além disso, o anúncio do Plano Safra 2019/2020 estava travado porque não era possível avançar sem antes autorizar o pagamento dos subsídios do programa.

Por outro lado, a medida só resolve o problema neste ano. O próprio governo já projeta que haverá rombos na regra de ouro todos os anos até 2022, o que o obrigará a recorrer novamente à autorização especial do Congresso. Acordo. A votação do crédito suplementar para liberar as despesas

travadas pela regra de ouro só foi possível porque o governo selou um acordo que vai desbloquear R\$ 1 bilhão para o Minha Casa Minha Vida (que já havia recebido recursos no primeiro semestre, mas corria novo risco de paralisação nos próximos meses) e mais R\$ 1 bilhão para o custeio de universidades.

A oposição solicitara a liberação de R\$ 5 bilhões para universidades, mas o governo sinalizou que o valor seria inatingível na atual situação de restrição fiscal. "Não é todo o valor do contingenciamento, foi um passo que o governo conseguiu dar neste momento deixando portas abertas para que possamos conversar", disse a líder do governo no Congresso, deputada Joice Hasselmann (PSL-SP). Parte do dinheiro prometido aos parlamentares virá da recuperação de recursos desviados da administração pública e recuperados pela Operação Lava Jato. A equipe econômica acertou que R\$ 1 bilhão do dinheiro da Lava Jato vai bancar a ampliação do espaço fiscal na área de educação.

Outro R\$ 1,5 bilhão virá da reserva orçamentária que ainda está disponível e pode ser liberada imediatamente. O dinheiro que o governo espera reaver com o resgate de recursos do Fundo PIS/Pasep não pode ajudar neste momento porque a medida ainda vai levar de 60 a 90 dias para sair, segundo apurou o Estadão/Broadcast.

CONJUNTURA »

Acordo garante verba extra ao governo



Projeto teve aprovação unânime, após uma semana de troca de acusações nas redes sociais

Congresso autoriza o Executivo a emitir R\$ 248,9 bilhões em títulos públicos para evitar a paralisação de programas sociais, como o Bolsa Família, e o Plano Safra. Entendimento com a oposição prevê recursos para universidades e habitação popular

» LUIZ CALCAGNO

O Congresso aprovou, com apoio unânime de senadores e deputados, o projeto que autoriza o governo a emitir até R\$ 248,9 bilhões em títulos da dívida pública para cobrir despesas com programas, como Bolsa Família, Plano Safra e Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos. Apesar do placar incontroverso,

governo e oposição se digladiaram até o último dia, e aprovação só foi possível após um acordo que permitiu aos opositoristas direcionar parte da verba para áreas específicas, colocando a própria assinatura no projeto.

Durante a semana, o presidente Jair Bolsonaro e os filhos acusaram, nas redes sociais, a esquerda de tentar sabotar o projeto. A tramitação foi longa. A matéria seria apreciada na Comissão Mista de Orçamento na quarta-feira passada, mas a votação acabou travada pela oposição. No domingo, o presidente Jair Bolsonaro fez uma postagem em seu perfil no Twitter para pressionar parlamentares a votarem a favor do pedido de crédito suplementar. “A

oposição está trabalhando para inviabilizar o pagamento de beneficiários do Bolsa Família, idosos com deficiência, Plano Safra e Pronaf. Para alcançar seus objetivos vale até prejudicar os mais pobres”, escreveu.

Não foi a primeira postagem de Bolsonaro sobre o crédito suplementar. Um dia antes, também no Twitter, ele havia afirmado que “sem a aprovação do PLN 4 pelo Congresso, teremos que suspender o pagamento de benefícios a idosos e pessoas com deficiência já no próximo dia 25. Nos meses seguintes, faltarão recursos para aposentadorias, Bolsa Família, Pronaf, Plano Safra”. O vice-líder do PT, Carlos Zarattini, que apareceu em uma foto na postagem em que o presidente critica a oposição, destacou que o crédito suplementar seria um cheque em branco para o governo e que, segundo um relatório do Tesouro Nacional, o governo precisaria, na verdade, de R\$ 146 bilhões.

O crédito suplementar evitará que o governo descumpra a regra de ouro, prevista na Constituição, que enquadra o presidente em crime de responsabilidade, passível de impeachment, se tomar empréstimos para cobrir despesas correntes, como salários e benefícios sociais. Sem o suplemento, o governo pararia de pagar o Benefício de Prestação Continuada (BPC) neste mês, e o Bolsa Família, em setembro.





Pelo acordo que permitiu a aprovação do projeto, o governo concordou em destinar R\$ 1 bilhão para as universidades federais, outro R\$ 1 bilhão para o programa Minha Casa Minha Vida, R\$ 1 bilhão para a educação, R\$ 330 milhões para as bolsas do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), R\$ 550 milhões para a transposição do Rio São Francisco e R\$ 300 milhões para a compra de medicamentos para o programa Farmácia Popular.

Também fez parte do acordo a derrubada de quatro vetos presidenciais. Entre os vetos derrubados está o que bloqueava o Projeto de Lei nº 10.159/18, que dispensa portadores de HIV aposentados por invalidez de realizar avaliação pericial. O dispositivo, agora, vai virar lei, beneficiando essa parcela da população. Também vão virar lei os seguintes dispositivos: o que isenta taxistas e pessoas com deficiência de pagar IOF na compra de carros híbridos ou elétricos; o que possibilita aos partidos ficarem com doações de servidores públicos filiados em anos anteriores; e o que permite universidades públicas, centros de pesquisa e fundações de apoio a gerirem recursos privados para projetos.